

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

*Informação não auditada por auditoria independente

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2020, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.127.268 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.319 em 31 de Dezembro de 2013). O plano estratégico da Eletronuclear para cumprir com os compromissos assumidos junto às instituições financeiras e compromisso na construção de Angra 3 é efetuar ações junto ao Tesouro Nacional para liberação dos recursos do empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, em andamento desde setembro de 2013 e que encontra-se em estágio final .

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de Março de 2015.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia Grupo estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que esta norma possa ter nas Demonstrações Financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 possa ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Mais detalhes estão apresentados na nota 3.18.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de fatores tais como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício conforme mencionado acima, e das condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1,00% maior que a estimativa da administração (7,69% em substituição a 6,69%), a Companhia deveria reconhecer uma redução do passivo de R\$ 123.188 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

c) Impairment de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

No exercício de 2014 foram identificadas perdas (*impairment*) relativo a Angra 3.

Mudança de estimativa contábil

Durante o exercício de 2014, a Companhia decidiu alterar o percentual de sinergia esperada utilizado na mensuração do cálculo do *impairment*. Esta mudança é prospectiva e tem por objetivo aprimorar as informações financeiras utilizadas nas premissas adotadas no cálculo de *impairment* do ativo imobilizado de Angra III (veja nota 14c).

d) Outras estimativas

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, foi deflagrada, em 2014, a chamada “Operação Lava-Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra as empresas Eletrobras, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a Operação Lava Jato. Apesar disso, a Companhia adotou algumas providências acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa na medida em que se relacionem com a ELETRONUCLEAR e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema até a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Dentre outras providências já concluídas, em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para a ELETRONUCLEAR (Usina Termonuclear Angra 3), em março de 2015, foi aberta comissão de correição, a fim de efetuar verificações sobre os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Os trabalhos dessas comissões ainda se encontram em curso.

A Eletrobras, em acréscimo às providências acima citadas, encaminhou correspondências, em março de 2015, a autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da Operação Lava Jato que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Companhia até o momento, a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 – Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento, ou;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos não financeiros vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge de fluxo de caixa. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde a um líquido a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU. São apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

3.8 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos. O montante dos custos referentes às paradas foi de R\$ 140.718 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 121.657 em 31 de dezembro de 2013).

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui, com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificados nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.12 – Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo a Resolução Normativa Aneel Nº 474 de 07.02.2012 (DOU 16.02.2012 e 22.03.2012 retificação) e alterações previstas na Resolução Normativa ANEEL Nº 529 de 21.12.2012 (DOU 28.12.2012), sendo 3,33% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas respectivamente 12/2024 e 06/2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 63.730 em 2014.

(iii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, expedido pela ANEEL e de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 20 (R1) – Custos dos Empréstimos.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares, reconhecidos como ativos, são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a 5 anos.

3.14 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por prazo superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.16 – Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes de a provisão ser constituída, a ELETRONUCLEAR reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.18 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente utilizando taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. As premissas básicas aplicadas aos cálculos desenvolvidos pelos atuários, são estabelecidas pela ELETROBRAS para todas as controladas. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do

plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.19- Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.20 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.21 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

3.22- Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos itens transacionados forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os itens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções de vendas, abatimentos sobre vendas, descontos incondicionais e impostos e contribuições sobre vendas.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.23- Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.24 – Riscos sócio-ambientais e trabalhistas

- **Riscos socioambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor, observadas as questões detalhadas na Nota 14 (item d).

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa e a guarda de seus dejetos, para que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos, quando necessário.

Seguem abaixo os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas, com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos regulador-fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia.

Todos esses eventos estão sob rígido controle e são permanentemente monitorados pela Companhia, estando pendente apenas a renovação do Licenciamento Ambiental, que será liberado pelo IBAMA, a saber:

- Licenciamento ambiental (Nota 14, item “d”) - atraso na renovação da licença ambiental dos empreendimentos Angra 1 e Angra 2;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;
- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;

- Emissão de CO₂ - incapacidade de reduzir o volume de CO₂ emitido pelas operações da Companhia;

- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

- **Risco trabalhista**

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores; insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Mensuração	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empéstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	18.361	18.361	6.917	6.917
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	423.574	423.574	314.196	314.196
Clientes	Custo Amortizado	254.200	254.200	107.608	107.608
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Custo Amortizado	559.123	559.123	298.273	298.273
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	5.146.242	5.146.242	3.228.033	3.228.033

O valor de mercado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2014 se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia não realizou operações com derivativos.

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Eletronuclear está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Eletronuclear, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo supervisiona como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Eletronuclear está exposta. O Comitê de Auditoria do Grupo é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. Este time de auditoria interna realiza procedimentos regulares e esporádicos nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria do Grupo.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela Eletrobras.

A análise de sensibilidade da exposição cambial pode ser resumida como segue:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE						
			Cenário I		Cenário II	
			25%		50%	
Composição	Risco	Valor Justo	Valor	Ganho/Perda	Valor II	Ganho/Perda
Ativo						
Fundo para descomissionamento	Desvalorização do Real	341.894	427.368	85.474	512.841	170.947
Passivo						
Fornecedores - exterior	Desvalorização do Real	(24.295)	(30.369)	(6.074)	(36.443)	(12.148)
TOTAL		317.599	396.999	79.400	476.399	158.800

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa visto que os empréstimos e financiamentos são indexados a UFIR e TJPL e todos são captados em moeda nacional. Ambos os indexadores não sofreram oscilação relevante no exercício corrente.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013 comercializada, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530 de 21 de dezembro de 2012 evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/12/2014
Caixa e equivalentes de Caixa	6.917	18.361
Contas a Receber	107.608	254.200
Contas a Receber com partes Relacionadas	4.450	4.869
TOTAL	118.975	277.430

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

- Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica em manter caixa e equivalentes, além de aplicações, que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,46 e;
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,26.

Em 2013, a Companhia obteve a liberação do Empréstimo ponte nº 0418.626-06/2013 com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 200.000 e em 2014 obteve outra liberação no valor de R\$ 800.000, totalizando o montante integral do contrato de R\$ 1.000.000. A classificação deste empréstimo no passivo circulante, em 31 de Dezembro de 201, continua vinculada à obtenção de garantias junto à União, ainda não obtidas. O prazo máximo para recebimento das garantias é 30 de Junho de 2015, conforme Segundo Termo Aditivo, assinado em 30 de dezembro de 2014, que alterou o prazo de vencimento para 21 meses a partir da assinatura do contrato.

Considerando o exposto acima, a Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição aos riscos de liquidez corrente. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para o fim do exercício de 2018.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2013 (i)				
- Empréstimos	321.498	127.574	807.321	5.141.576
- Fornecedores (iii)	206.545	45.864	45.864	-
TOTAL	528.043	173.438	853.185	5.141.576
Em 31 de dezembro de 2014 (i)				
- Empréstimos	1.230.364	317.056	1.456.790	5.635.932
- Fornecedores (iii)	456.396	51.363	51.364	-
TOTAL	1.686.760	368.419	1.508.154	5.635.932

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(iv) A Empresa contraiu empréstimo ponte de curto prazo com a Caixa Econômica Federal, para cobrir o fluxo de caixa de Projeto Angra 3, devido ao atraso na liberação do contrato de longo prazo que está em fase de aprovação pelo Tesouro Nacional. Tão logo seja efetivado o aval do terouro e os recursos liberados, o empréstimo ponte será quitado.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	5.146.242	3.228.033
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(18.361)	(6.917)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(81.680)	(33.190)
Dívida líquida	5.046.201	3.187.926
Total do patrimônio líquido	4.796.475	5.834.497
Total do capital total	9.842.676	9.022.423
Índice de alavancagem financeira - %	51	35

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2014			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2014
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	254.200		254.200
- Caixa e equivalentes de caixa	18.361		18.361
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo		81.680	81.680
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo		341.894	341.894
Em 31 de Dezembro de 2014	272.561	423.574	696.135

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2013			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2013
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	107.608	-	107.608
- Caixa e equivalentes de caixa	6.917	-	6.917
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	33.190	33.190
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	281.006	281.006
Em 31 de dezembro de 2013	114.525	314.196	428.721

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	33.190	33.190	-	-	33.190
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	281.006	281.006	-	-	281.006
Total de ativos em 31/12/2013	314.196	314.196	-	-	314.196
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	81.680	81.680	-	-	81.680
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	341.894	341.894	-	-	341.894
Total de ativos em 31/12/2014	423.574	423.574	-	-	423.574

Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”) resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	18.361	6.917
SALDO	18.361	6.917

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	-	12.937
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	81.680	20.253
TOTAL	81.680	33.190

* Rentabilidade no ano: 10,47% em 2014 e 12,03% em 2013

** Rentabilidade no ano: 10,45% em 2014 e 7,27% em 2013

Em 2014 foram aplicados R\$ 1.050.002 em títulos e valores mobiliários de curto prazo. Houve o rendimento bruto de R\$ 10.647 e resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 1.012.159 para a quitação de obrigações relativas a construção da usina Angra 3.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 31/12/2014	Ativo Circulante 31/12/2013
Energia contratada	171.706	218.280
Desvio negativo	-	(110.672)
Desvio positivo	82.494	-
TOTAL	254.200	107.608

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em dezembro de 2014 não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 110.672 provisionados em dezembro de 2013 decorreu do fornecimento de energia ter sido menor que a energia garantida para 2013. Porém, o montante estabelecido pela CCEE foi de R\$ 103.531. Sendo assim, o montante devolvido às Distribuidoras no exercício de 2014 foi de R\$ 103.531. A diferença entre o valor provisionado e o valor estabelecido pela CCEE no montante de R\$ 7.141 está registrada como receita de vendas.
- c) O desvio positivo (parcela variável) de R\$ 107.417 provisionados até dezembro de 2014 é em decorrência de a energia fornecida ter sido maior que a energia garantida para 2014. Porém, o montante estabelecido pela CCEE foi de R\$ 82.494. Desta forma, o contas a receber e a Receita de vendas foram ajustadas no mesmo montante. Ela corresponde a 50% do montante apurado e valorado ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) médio do ano de 2014 e deverá ser cobrado a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas no exercício de 2015.
- d) A companhia estará tratando o assunto da revisão do cálculo da parcela variável diretamente a ANEEL.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicações financeiras	194	2.731
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	61	107
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	51	89
Saldo de antecipações de IRPJ	40.829	18.913
Saldo de antecipações de CSLL	15.087	6.756
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	-	14.649
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	110	9.766
Créditos fiscais PASEP E COFINS	17.135	17.174
Outros	131	240
TOTAL	73.598	70.425

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear; não havendo geração de energia não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	2014	2013
Concentrado de urânio	130.395	85.025
Elementos prontos	3.874.783	3.490.176
Serviços em curso	234.825	205.607
Consumo Acumulado	(3.238.195)	(2.929.590)
TOTAL	1.001.808	851.218
Ativo circulante	340.319	343.730
Ativo não circulante	661.489	507.488
TOTAL	1.001.808	851.218

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 2013	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 2014
Ativo circulante	343.730	-	(3.411)	340.319
Ativo não circulante	3.146.446	388.018	-	3.534.464
TOTAL BRUTO	3.490.176	388.018	(3.411)	3.874.783
Consumo acumulado	(2.929.590)	(308.605)	-	(3.238.195)
VALOR LÍQUIDO	560.586	79.413	(3.411)	636.588

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo nos montantes de R\$ 45.158 (R\$ 107.925 em 31 de dezembro de 2013) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais nos montantes de R\$ 12.406 (R\$ 21.208 em 31 de dezembro de 2013), totalizando R\$57.564 (R\$ 129.133 em 31 de dezembro de 2013).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prêmios de seguros	4.128	1.576	-	-
Partes relacionadas (a)	14.917	9.860	-	-
Antecipação de Empréstimos ELETROBRAS	-	5.619	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.868	2.255	-	-
Furnas - Contingência trabalhista (a)	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização (a)	-	-	6.040	5.854
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.296	9.960	-	-
Devedores diversos	4.871	5.754	1.289	1.289
TOTAL	33.221	39.165	23.061	22.875

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à ELETROBRAS, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a ELETROBRAS estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base do cálculo, a parcela considerada pela ANEEL na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2014 o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 8.490, conforme correspondência ELETROBRAS CTA-DFT 1014/2015 de 25/02/2015.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Conta-corrente	9	10
Dólar Comercial Futuro	(7.024)	2.027
Letra Financeira do Tesouro	341.894	278.959
Outros	(10)	10
TOTAL	334.869	281.006

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em dezembro de 2014, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$40.897 (Nota 29), (R\$28.799 em 2013), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para Descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período.

Em 2014 foram aplicados R\$ 18.726 no fundo para descomissionamento e houve pagamento de IR no montante de R\$ 6.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	58.875	48.640
Quotas de 2008 a 2014	178.150	169.658
Total de quotas recolhidas	237.025	218.298
Ganhos líquidos auferidos acumulados	97.844	62.708
Patrimônio líquido do fundo	334.869	281.006
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	7.025	-
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	341.894	281.006

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	13.706	13.129
Contingências cíveis	124	98
Contingências tributárias	37.395	18.309
	51.225	31.536
Outros depósitos	642	769
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	8.339	13.345
TOTAL	60.206	45.650

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2013	31/12/2014		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	31.536	(547)	20.236	51.225
Outros depósitos	769	(400)	273	642
Atualização monetária s/depósitos judiciais	13.345	(6.654)	1.648	8.339
TOTAL	45.650	(7.601)	22.157	60.206

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.366.782 (R\$ 1.395.269 em 31 de dezembro de 2013) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.566.338 (R\$ 1.594.613 em 31 de dezembro de 2013).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa por não haver histórico consistente de lucratividade.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Terrenos		34.447	-	-	34.446
Ed.Obras Cívicas Benfeitorias		1.444.747	(703.892)	-	766.194
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.489.600	(2.927.900)	-	4.620.486
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		122.849	(69.754)	-	49.825
Veículos		11.342	(5.886)	-	4.730
Móveis e Utensílios		21.046	(10.193)	-	7.494
Angras 1 e 2	3,3	9.124.031	(3.717.625)	5.406.406	5.483.175
EM CURSO					
Terrenos		116	-	116	116
Ed.Obras Cívicas Benfeitorias		1.346.415	-	1.346.415	1.140.941
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		524.489	-	524.489	292.133
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		3.452	-	3.452	5.197
Veículos		2.322	-	2.322	2.867
Móveis e Utensílios		179	-	179	159
A Ratear		1.487.920	-	1.487.920	1.259.310
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		(644)	-	(644)	3.813
Adiantamento a fornecedores		1.737.778	-	1.737.778	1.072.728
Angras 1, 2 e 3		6.195.372	-	6.195.372	4.312.775
<i>Impairment Angra 3</i>		(1.090.343)	-	(1.090.343)	(532.509)
		5.105.029	-	5.105.029	3.780.266
TOTAL BRUTO		14.229.060	(3.717.625)	10.511.435	9.263.441
Obrigações especiais	3,3	(237)	190	(47)	(70)
VALOR LÍQUIDO		14.228.823	(3.717.435)	10.511.388	9.263.371

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	*BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2014
Em curso	4.312.775	1.767.433	223.712	819	(108.799)	(568)	6.195.372
Impairment Angra 3	(532.509)	(557.834)	-	-	-	-	(1.090.343)
Em serviço: custo	8.852.816	-	-	-	108.799	162.416	9.124.031
depreciação	(3.369.641)	(349.932)	-	(819)	-	2.767	(3.717.625)
Total em serviço	5.483.175	(349.932)	-	(819)	108.799	165.183	5.406.406
TOTAL BRUTO	9.263.441	859.667	223.712	-	-	164.615	10.511.435
Obrigações especiais	(70)	-	-	-	-	-	(70)
depreciação	-	23	-	-	-	-	23
TOTAL	9.263.371	859.690	223.712	-	-	164.615	10.511.388

*O valor de R\$ 164.615 na coluna de BAIXA/OUTROS está composto de R\$ 98.993 (Ajuste desmobilização), R\$ 67.944 (Transferência de estoque sobressalente) e R\$ 2.322 (baixas e outros).

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2013 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS*	SALDO EM 31/12/2013
Em curso	2.880.400	1.512.129	113.365	841	(193.197)	(763)	4.312.775
Impairment Angra 3	-	(532.509)	-	-	-	-	(532.509)
Em serviço: custo	8.567.566	-	-	-	193.197	92.053	8.852.816
depreciação	(3.034.097)	(335.512)	-	(841)	-	809	(3.369.641)
Total em serviço	5.533.469	(335.512)	-	(841)	193.197	92.862	5.483.175
TOTAL BRUTO	8.413.869	644.108	113.365	-	-	92.099	9.263.441
Obrigações especiais	(94)	-	-	-	-	-	(94)
depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	8.413.775	644.132	113.365	-	-	92.099	9.263.371

*O valor de R\$ 92.099 na coluna de BAIXA/OUTROS está composto de R\$ 98.625 (Ajuste desmobilização), R\$ 5.354 (valor transferido do imobilizado para o intangível) e R\$ 1.172 (baixas e outros).

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

c.2) Taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,69% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado. Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto 4,51%. Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 070/2014, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012; alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

c.3) A taxa de crescimento não inclui inflação.

c.4) Revisão orçamentária da construção da usina de Angra 3 - a mensuração do "impairment" registrado no exercício de 2014 é decorrente substancialmente da revisão do orçamento da construção da usina de Angra 3. Como consequência dessa revisão, a Companhia ajustou o orçamento no montante de R\$ 1.815,8 milhões, sendo R\$ 949,3 milhões de custos diretos e R\$ 866,5 milhões de custos indiretos, em relação ao orçamento original, representando aumento real de 11,8%.

Os detalhes que motivaram a revisão estão elencados no item g desta nota.

c.5) Sinergia: a construção da Usina de Angra 3 considera a estrutura organizacional das áreas operacional e administrativa das Usinas de Angra 1 e 2, com base nas atividades comuns às duas usinas em operação. Isso significa que mesmo na hipótese de construção de unidades adicionais, ainda em que fossem em pátios diferentes, que não é o caso de Angra 3, haveria uma grande sinergia implicitamente vinculada devido a facilidade da obtenção de matéria prima bruta e as experiências obtidas nas unidades já existentes. Desta forma, a Companhia utiliza um percentual para alocação dos gastos com esta estrutura decorrente da capacidade da geração de energia de cada usina.

O comparativo de custos incorridos nas usinas demonstra que existe uma grande vantagem na utilização de um pátio comum em relação à implementação de unidades em um pátio novo. Isto ocorre por conta de uma série de atividades operacionais e de infraestrutura necessárias à operação da nova unidade, que já se encontram em plena execução, necessitando apenas de adaptações e expansão e não de uma implementação. Considerando os fatores supracitados e ainda os eventos ocorridos descritos nos itens C.3 e g, a Companhia revisou o cálculo da sinergia apurada entre as usinas e alterou o percentual de 13%, utilizado no exercício de 2013, para 28% no exercício de 2014.

A análise elaborada pela Companhia determinou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável “*impairment*” na Usina Angra 3 no montante de R\$ 557.834 em 31 de dezembro de 2014, provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o registro na conta de despesas operacionais em 31 de dezembro do exercício de 2014. O valor acumulado de “*impairment*” no ativo imobilizado é R\$1.090.343.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos; corresponde a 40 anos contados a partir da data de entrada em operação: 01.01.1985 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15.06.2011, o que corresponde a 40 anos contados a partir da data de entrada em operação: 30.09.2000.

Em 12 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Operação, unificada, nº 1217/2014 para as Usinas de Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

No presente exercício, foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 6,80% ao ano, utilizada em 31 de dezembro de 2013, para 6,69% ao ano, em 31 de dezembro de 2014, sobre o Passivo para Desmobilização das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor registrado a crédito no Passivo Não Circulante de R\$ 14.465, teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 6,69% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - ELETROBRAS que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses*, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 está previsto para dezembro de 2018.

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Os entraves regulatórios no processo de licenciamento de segurança nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que a despeito da Licença de Construção promulgada em março de 2010, requer emissões gradativas de “Autorizações para Concretagem de Elementos Estruturais”. Até o momento, já foram emitidas 54 autorizações, no entanto, em ritmo e quantidade aquém das necessidades para o fiel cumprimento das sequências lógicas do cronograma;
- As dificuldades para a efetivação do novo arranjo financeiro para suportar a aquisição de bens e serviços no exterior, originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e agora, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF), porém ainda pendente do equacionamento das contra garantias comerciais estabelecidas pelo próprio contrato;
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital;

**Informação não revisada por auditoria independente*

- A efetivação dos contratos com a AREVA, que depende da eficácia do aludido contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal; e,
- Grandes interferências no processo licitatório dos serviços de montagem eletromecânica, oriundas de recursos e impugnações interpostas, por participantes da concorrência, na esfera judicial e no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 11 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2013	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2014
Em curso	20.631	20.326	(17.355)	-	153	-	23.755
Em serviço - custo	83.070	-	17.355	-	-	-	100.425
amortização	(55.357)	-	-	(10.531)	(153)	-	(66.041)
Total em serviço	27.713	-	17.355	(10.531)	(153)	-	34.384
TOTAL LÍQUIDO	48.344	20.326	-	(10.531)	-	-	58.139

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2013 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2012	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS*	SALDO 31/12/2013
Em curso	14.006	17.776	(11.446)	-	174	121	20.631
Em serviço - custo	66.182	-	11.446	-	-	5.442	83.070
amortização	(45.858)	-	-	(9.116)	(174)	(209)	(55.357)
Total em serviço	20.324	-	11.446	(9.116)	(174)	5.233	27.713
TOTAL LÍQUIDO	34.330	17.776	-	(9.116)	-	5.354	48.344

*Os valores na coluna OUTROS refere-se a transferência do Imobilizado para o Intangível.

NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica a provisão do valor de R\$154.091 (R\$ 137.592 em 31 de dezembro de 2013), a ser pago a FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida a FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
- 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060.
 - 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468.
 - 3) Atualização monetária de R\$ 10.617 e juros de R\$ 5.882 a crédito desta rubrica no resultado de 2014.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/12/2014				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	51.364	51.364
Fornecedores - nacional	42.502	-	343.878	386.380
Fornecedores - exterior	19.629	4.666	(5.643)	18.652
TOTAL CIRCULANTE	62.131	4.666	389.599	456.396
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	102.727	102.727
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	102.727	102.727
TOTAL EM 31/12/2014	62.131	4.666	492.326	559.123

FORNECEDORES EM 31/12/2013				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	45.864	45.864
Fornecedores - nacional	36.452	-	107.366	143.818
Fornecedores - exterior	11.002	2.040	3.821	16.863
TOTAL CIRCULANTE	47.454	2.040	157.051	206.545
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	91.728	91.728
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	91.728	91.728
TOTAL EM 31/12/2013	47.454	2.040	248.779	298.273

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

Não existem garantias financeiras fornecidas pela ELETRONUCLEAR para os contratos de financiamentos de Angra 1 e 2, sendo a própria ELETROBRAS a garantidora desses financiamentos.

Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256, destinados à implantação da usina Angra 3.

A garantia do contrato do BNDES está consignada mediante uma cessão fiduciária do faturamento da venda de energia da ELETRONUCLEAR.

Em 30/06/2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal - CEF para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, no montante de R\$ 3,8 bilhões, cujo prazo de vencimento é de 25 anos a partir da data da assinatura. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato. Como essas condições ainda não foram realizadas, em 30/09/2013, foi assinado pelas partes o contrato de Empréstimo Ponte nº 0418.626-06/2013 com garantia da ELETROBRAS, no valor de R\$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, cujo prazo de vencimento é de 21 meses a partir da data da assinatura, conforme segundo Termo Aditivo.

O montante desse Empréstimo Ponte foi recebido integralmente. A taxa de juros é de 6,7 % a.a. e os juros serão capitalizados até 30/06/2015, data em que será incorporado ao contrato principal se o contrato com garantia da União já tiver sido firmado. Caso contrário, a Eletronuclear terá que quitar integralmente o valor do contrato, acrescido dos juros capitalizados, nesta mesma data.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	31/12/2014					31/12/2013				
	R\$ MIL				TX. JUROS EFETIVA	R\$ MIL				TX. JUROS EFETIVA
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL		JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			
ANGRAS 1 e 2:										
ELETROBRAS	-	56.843	382.792	439.635	7,00%	-	56.843	434.721	491.564	6,90%
ANGRA 3:										
ELETROBRAS	-	-	1.039.683	1.039.683	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
BNDDES	7.164	-	2.622.387	2.629.551	6,72%	5.288	-	1.935.738	1.941.026	6,72%
CEF	5.760	1.031.613	-	1.037.373	6,70%	895	200.298	-	201.193	6,70%
TOTAL GERAL	12.924	1.088.456	4.044.862	5.146.242		6.183	257.141	2.964.709	3.228.033	

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	263.324	2.964.709	3.228.033
Ingressos	800.000	985.433	1.785.433
Encargos - resultado	46.501	-	46.501
Encargos - investimento	234.359	-	234.359
Transferência para o circulante	51.929	(51.929)	-
Incorporação de encargos ao principal	(146.649)	146.649	-
Pagamentos	(148.084)	-	(148.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.101.380	4.044.862	5.146.242

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	263.132
2015	1.101.188	56.650
2016	99.894	73.578
2017	180.176	93.331
2018	212.595	113.546
2019	220.627	120.133
Após 2019	3.331.762	2.507.663
TOTAIS	5.146.242	3.228.033

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
PASEP e COFINS	12.713	13.616
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(8.820)
Taxas de importação	2.737	2.797
COSIRF	4.099	5.197
CIDE s/serviços no exterior	6.949	16.148
IRRF - Folha de pagamento	15.386	15.164
INSS	11.539	11.926
FGTS	4.073	3.937
ISS sobre importação e outros	4.287	3.922
Outros	792	129
TOTAL	51.423	67.363

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em Dezembro de 2014, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 435.341 (R\$ 318.837 em 2013), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2014				31/12/2013			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	673.305	60.597	168.326	228.925	752.452	67.720	188.114	255.834
Provisão para participações de empregados	(51.149)	(4.603)	(12.787)	(17.391)	(48.134)	(4.332)	(12.034)	(16.366)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	183.739	16.537	45.935	62.471	195.116	17.560	48.779	66.339
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(24.324)	(2.189)	(6.081)	(8.271)	(23.796)	(2.142)	(5.949)	(8.091)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	1.775	160	444	604	15.427	1.388	3.857	5.245
Outros ajustes CPC	(158.196)	(14.238)	(39.549)	(53.787)	(79.156)	(7.124)	(19.789)	(26.913)
Baixa despesas administrativas	(215.098)	(19.359)	(53.775)	(73.133)	(225.844)	(20.326)	(56.461)	(76.787)
Impairment	(557.834)	(50.205)	(139.459)	(189.664)	(532.509)	(47.926)	(133.127)	(181.053)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(71.399)	(6.426)	(17.850)	(24.276)	(57.841)	(5.206)	(14.460)	(19.666)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(56.207)	(5.059)	(14.052)	(19.111)	(45.560)	(4.100)	(11.390)	(15.490)
Provisão para benefícios pós emprego	62.975	5.668	15.744	21.412	3.423	308	856	1.164
Provisão para devedores duvidosos	(97.054)	(8.735)	(24.264)	(32.998)	(96.899)	(8.721)	(24.225)	(32.946)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	4.202	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(148.314)	(13.348)	(37.079)	(50.427)	(93.670)	(8.430)	(23.418)	(31.848)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(219.299)	(19.737)	(54.825)	(74.562)	-	-	-	-
Subtotal	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.055)	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.997)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.055)	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.997)
(-)Ativo Diferido	1.367.809	123.103	341.952	465.055	923.518	83.118	230.879	313.996
Outros resultados abrangentes	14.234	1.281	3.559	4.840	14.234	1.281	3.559	4.840
(-) Outros resultados abrangentes	(14.234)	(1.281)	(3.559)	(4.840)	(14.234)	(1.281)	(3.559)	(4.840)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2012, os cálculos do IRPJ e CSLL diferidos passaram para Provisões Ativas, permanecendo até hoje, e não foram contabilizadas pela ELETRONUCLEAR em conformidade com o CPC 32 - Art 24.

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção da antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante período de 2014.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	18.791	-
Provisão de férias e gratificação de férias	48.544	49.855
Encargos sociais sobre provisão de férias	25.893	27.023
Provisão de 13º salário	(10)	-
TOTAL	93.218	76.878

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
RGR	31.042	49.158
Taxa de fiscalização da Aneel	607	699
TOTAL	31.649	49.857

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 3.988 (R\$ 3.920 - 31 de dezembro de 2013) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade,

reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2014		2013	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
1. Participantes ativos				
1.1. Participantes - nº	707	1.616	737	1.597
1.2. Idade Média	55,67	44,95	54,96	44,74
1.3 Salário Médio em R\$	12.056,05	8.844,16	11.420,98	8.188,56
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados - nº	345	179	318	158
2.2. Idade Média	63,77	68,54	63,31	68,33
2.3. Benefício Médio em R\$	7.000,67	5.752,87	6.189,68	5.035,60
3. Pensionistas				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	59	70	57	62
3.2. Benefício Médio em R\$	2.047,84	3.725,08	1.940,75	3.157,43
População Total	1.111	1.865	1.112	1.817

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidade da mesma, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2014, monta R\$ 9.658 (R\$ 17.651 - 31 de dezembro de 2013); totalmente classificado no passivo circulante. Em 2013, R\$ 8.612 estavam classificados no passivo circulante e R\$ 9.039 no passivo não circulante.

a.2) Contrato de pactuação de obrigação

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo às contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contratuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 66 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2011. Todas as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2014 foram quitadas contra crédito da ELETRONUCLEAR, referentes a contribuições que foram pagas após a data de

efetivação da dívida.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2014, monta R\$ 24.760 (R\$ 10.535 - 31 de dezembro de 2013), R\$ 2.174 classificados no passivo circulante e R\$ 22.586 no passivo não circulante.

a.3) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	8.612
2015	11.832	9.039
2016	22.586	10.535
TOTAL	34.418	28.186

b) Outros benefícios pós-emprego – Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a inativos e pensionistas.

c) Provisão atuarial – Benefício pós-emprego

PROVISÃO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
SAÚDE	18.040	23.904
PID	25.888	-
TOTAL	43.928	23.904

d) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde, PID
d.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

DESCRIPTIVO	Hipóteses Econômicas				
	2014			2013	
	Real Grandeza	Nucleos	PID	Real Grandeza	Nucleos
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,24%	12,25%	11,84%	12,04%	12,03%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,16%	6,18%	5,79%	6,40%	6,39%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,83%	N/A	7,41%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,72%	3,50%	5,30%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,72%	5,72%	5,30%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,24%	12,25%	N/A	12,04%	12,03%
Hipóteses Demográficas					
Taxa de rotatividade	80%	(2/Idade)-0,04	N/A	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000	AT-49	N/A	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Alvaro Vindas	N/A	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	-	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ (181.493) (R\$ 129.052 em 2013) e do plano Nucleos foi de R\$ (219.845) (R\$ 69.812 em 2013).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

d.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2014					2013			
	Plano BD	Plano BD	Saúde	PID	Total	Plano BD	Plano BD	Saúde	Total
	Real Grandeza	Núcleos				Real Grandeza	Núcleos		
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	1.195.571	775.316	18.040	-	1.988.927	1.100.961	712.156	23.881	1.836.998
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.326.722)	(927.688)	-	-	(2.254.410)	(1.105.056)	(723.703)	-	(1.828.759)
Passivo(Ativo) Líquido	(131.151)	(152.372)	18.040	-	(265.483)	(4.095)	(11.547)	23.881	8.239
Efeito da restrição sobre o ativo	131.151	152.372	-	-	283.523	4.095	11.547	-	15.642
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	28.842	-	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	-	18.040	-	18.040	28.842	-	23.881	52.723
Custo do serviço corrente	(15.373)	4.555	3.447	25.888	18.517	8.881	20.825	1.367	31.073
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	-	4.516	12.605	-	17.121
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(15.373)	4.555	3.447	25.888	18.517	13.397	33.430	1.367	48.194

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios, no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.076.627	666.863	23.880	1.767.370
Custo de serviços corrente líquido	7.652	20.969	629	29.250
Custo de juros	128.071	79.176	2.842	210.089
Benefícios pagos	(32.969)	(15.867)	(79)	(48.915)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	16.190	24.175	(9.232)	31.133
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	28.687	20.680	11.308	60.675
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(12.497)	3.495	(20.540)	(29.542)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.195.571	775.316	18.040	1.988.927
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.105.054	723.703	-	1.828.757
Receita de Juros	133.968	88.322	-	222.290
Contribuições patronais	15.379	21.944	79	37.402
Contribuições de participantes do plano	19.412	16.414	-	35.826
Benefícios pagos / adiantados	(32.968)	(15.866)	(79)	(48.913)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	85.877	93.171	-	179.048
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	85.877	93.171	-	179.048
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.326.722	927.688	-	2.254.410

Descrição	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Custo de serviços corrente líquido	27.315	32.941	-	60.256
Custo de juros	108.107	78.863	1.367	188.337
Benefícios pagos	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(283.819)</i>	<i>(311.325)</i>	<i>6.605</i>	<i>(588.539)</i>
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(464.973)	(383.946)	(10.129)	(859.048)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	181.154	72.621	16.734	270.509
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.100.961	712.156	23.880	1.836.997
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.219.609	777.086	-	1.996.695
Receita de Juros	103.590	66.259	-	169.849
Contribuições patronais	20.595	20.857	489	41.941
Contribuições de participantes do plano	18.434	12.116	-	30.550
Benefícios pagos / adiantados	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>(232.642)</i>	<i>(136.070)</i>	<i>-</i>	<i>(368.712)</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(232.642)	(136.070)	-	(368.712)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.105.054	723.703	-	1.828.757

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2014		2013	
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos
Disponível	181	2.111	-	3
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	32.804	179.168	-	135.669
Investimento em Renda Fixa	962.104	659.298	825.004	441.870
Investimento em Renda Variável		118.042	245.786	94.099
Investimentos Estruturados	22.241	73.905	17.780	33.461
Outros recebíveis	263.337	30.999	-	6.015
Investimentos Imobiliários	67.530	34.080	38.863	16.077
Empréstimos e Financiamentos	31.415	6.120	28.647	4.465
Outros	(3.542)	148	(3.815)	65
(-) Recursos a receber - patrocinador	(19.996)	(172.285)	(22.634)	-
(-) Exigíveis Previdenciais	-	-	-	(3.161)
(-) Exigíveis Contingencial	(16.194)	-	(13.726)	(2.227)
(-) Fundo de Investimentos	(6.521)	(787)	(5.627)	(459)
(-) Fundo Administrativo	(6.637)	(3.111)	(5.224)	(2.174)
Total dos Ativos Garantidos	1.326.722	927.688	1.105.054	723.703

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

d.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário Real Grandeza	143.689	118.040
Programa Previdenciário Nucleos	(93.449)	(110.838)
Programa de seguro	-	(3.614)
Programa de Saúde	1.414	10.646
TOTAL	51.654	14.234

Descritivo	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	3.377	(4.982)	-	(1.605)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(28.687)	(20.680)	(11.308)	(60.675)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	9.120	1.488	20.540	31.148
Retorno sobre ativos do plano	85.877	93.171	-	179.048
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(96.825)	(86.386)		(183.211)
Ajustes saldo da dívida	(2.125)			(2.125)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(29.263)	(17.389)	9.232	(37.420)

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	464.973	383.947	10.129	859.049
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(181.154)	(72.621)	(16.734)	(270.509)
Retorno sobre ativos do plano	(232.643)	(136.070)	-	(368.713)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(4.095)	-		(4.095)
Ajustes saldo da dívida	(32.574)	(11.546)	-	(44.120)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	14.507	163.710	(6.605)	171.612

e) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 45.600 (Plano Real Grandeza R\$ 16.341, Núcleos R\$ 23.199 e PID R\$ 6.059) para os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de Real Grandeza 8,20 anos e Núcleos 8,02 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

REAL GRANDEZA

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	86.671	87.880	266.748	2.224.069	2.665.368

NUCLEOS

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	41.797	43.607	142.238	2.040.388	2.268.030

f) Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 30.226 (aumento de R\$ 31.628).

- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 17.968 (redução de R\$ 18.135).

Plano de Benefício Definido Nucleos

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 24.514 (aumento de R\$ 25.892).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.202 (redução de R\$ 9.813).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 884 (redução de R\$ 821).

Plano de Incentivo de Desligamento - PID

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 325 (redução de R\$ 321).

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e término em abril de 2014. Até 31 de dezembro de 2014, ocorreram 339 desligamentos, e os demais ocorrerão até dezembro de 2015. Ao longo de 2014 ocorreu o desembolso de R\$ 133.445 a título de incentivo de desligamento. Na forma da legislação societária e com base nas adesões ocorridas, a ELETRONUCLEAR reconheceu contabilmente no resultado (conforme notas 27 e 28) uma provisão de R\$ 219.299, sendo R\$ 177.881 no passivo circulante e R\$ 41.418 no passivo não circulante.

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	26.139	7.643	22.403	7.230
Planos Bresser, Collor, etc.	4.633	1.981	4.681	1.957
Outras	2.151	642	2.180	643
Atualização	9.491	-	9.166	-
	58.146	10.266	54.162	9.830
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Federais/Estaduais	217	80	799	80
INSS	14.211	32.482	14.248	17.892
Atualização	40.576	-	573	-
	55.004	32.562	15.620	17.972
CÍVEIS				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	-	-
Outros	283	40	3.828	58
Atualização	11.126	-	2.278	-
	13.066	120	6.106	58
AMBIENTAL				
Contecioso ambiental	25.187	-	3.500	-
Atualização	4.005	-	15.616	-
	29.192	-	19.116	-
TOTAL	155.408	42.948	95.004	27.860

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em

23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 117.341 atualizados em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 165.106 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 8.992 de processos de natureza trabalhista (R\$ 7.894 em 31 de dezembro de 2013), R\$ 108.206 de ações tributárias (R\$ 97.479 em 31 de dezembro de 2013) e outros de natureza cível no valor de R\$ 139 (R\$ 59.733 em 31 de dezembro de 2013) e outros de natureza ambiental R\$ 4 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2013).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo monta R\$ 47.504. A ELETROBRAS concedeu, em garantia a essa execução, ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 10.002.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2013	ATUALIZAÇÃO EM 31/12/2014	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2014
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	54.162	325	(658)	4.317	58.146
Tributárias	15.620	40.003	(735)	116	55.004
Cíveis	6.106	8.848	(1.888)	-	13.066
Ambiental	19.116	(11.611)	-	21.687	29.192
TOTAL	95.004	37.565	(3.281)	26.120	155.408

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Descomissionamento

a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013 foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente correspondente registrado no passivo é de R\$ 709.415. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro 2014 é de R\$1.314.480 (R\$ 1.136.342 em 31 de dezembro de 2013).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELetrobras é de 6,69% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento reconhecido no resultado em dezembro de 2014 é de R\$ 79.145 (R\$ 49.227 em dezembro de 2013).

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1112.002/13 de 17/01/2013 (reunião 1112ª), o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, para determinar as estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 297.969 (Base JUL/2014).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 594.418 (Base JUL/2014), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2014			31/12/2013
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(447.214)	490.961	454.988
ANGRA 2	1.151.338	(932.884)	218.454	199.206
TOTAL	2.089.513	(1.380.098)	709.415	654.194
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2014			31/12/2013
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	474.716	(152.838)	321.878	240.998
ANGRA 2	417.653	(134.466)	283.187	241.150
TOTAL	892.369	(287.304)	605.065	482.148
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2014			31/12/2013
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.412.891	(600.052)	812.839	695.986
ANGRA 2	1.568.991	(1.067.350)	501.641	440.356
TOTAL	2.981.882	(1.667.402)	1.314.480	1.136.342

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A- ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento de energia elétrica	2.192.242	1.833.361
Ajuste devolução tarifa a Furnas - RH 1406/12 e RH 1585/13	-	54.012
Diferença perdas na transmissão	-	54.129
Outros Serviços	220	233
Impostos sobre vendas:		
PASEP	(36.313)	(30.953)
COFINS	(167.257)	(142.580)
ISS	(11)	(12)
Outros	(1.425)	(668)
	(205.006)	(174.213)
Reserva global de reversão - RGR	(60.694)	(49.523)
TOTAL	1.926.762	1.717.999

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 14.113.782MWh* (13.456.225* em 2013), corresponde a uma receita no exercício de 2014 de R\$2.217.166 (R\$ 1.833.361 em 2013).

*Informação não auditada por auditoria independente

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

b) Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 27 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	Períodos de 12 meses findos em	
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal (a)	556.524	439.244
Material	52.981	46.546
Serviços de terceiros	246.835	220.376
Depreciação e amortização (b)	348.640	332.824
Encargos de uso da rede de transmissão	65.867	53.807
Combustível para produção de energia elétrica	308.605	298.790
Aluguéis	9.759	9.350
Provisão para plano de incentivo de desligamento (c)	160.089	-
Outros	24.862	26.543
TOTAL	1.774.162	1.427.480

- a) Pessoal** – variação ocasionada por aumentos salariais e por gastos referentes ao programa para incentivo de desligamento pago nas rescisões ocorridas em 2014.
- b) Depreciação e amortização** – variação gerada pela depreciação acelerada de imobilizado em função do prazo de licenciamento das usinas.
- c) Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal (a)	175.659	92.158
Material	1.161	1.065
Serviços de terceiros	80.872	70.250
Depreciação e amortização	11.800	11.780
Aluguéis	16.879	17.144
Provisões para risco e benefício pós-emprego (b)	78.735	69.985
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (c)	155	4.229
Provisão para plano de incentivo de desligamento (b)	59.210	-
" <i>Impairment</i> " de Angra 3 (d)	557.834	532.509
Outras provisões	45.575	50.391
Outras	18.919	31.648
TOTAL	1.046.799	881.159

- a) **Pessoal** – variação ocasionada por aumentos salariais e por gastos referentes ao programa para incentivo de desligamento pago nas rescisões ocorridas em 2014.
- b) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.
- c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – a variação desse item foi em decorrência da provisão em 2013 do valor de R\$ 4.141 relativa ao contas a receber da INEPAR em função da aplicação de multa contratual.
- d) **"*Impairment*" de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	-	32.446
Aplicações financeiras	-	6.033
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	29.795	21.966
Variaç.monetária - perdas de transmissão e diferença de tarifa para descomissionamento (Nota 11)	-	19.339
	40.897	28.799
Outras	4.927	17.345
	75.619	125.928
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(46.501)	(37.108)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(79.145)	(49.227)
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	-	(29.445)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(15.933)	(53.081)
Despesa com juros - diferença de tarifa	(5.882)	-
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(10.617)	(20.190)
Outras	(1.400)	(9.453)
	(159.478)	(198.504)
TOTAL	(83.859)	(72.576)

NOTA 30 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos períodos findos em 2014 e 2013, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(978.058)	(663.215)	(978.058)	(663.215)
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	79.145	49.227	79.145	49.227
Provisões diversas	5.489	-	5.489	-
Provisão <i>Impairment</i> Angra 3	557.834	532.509	557.834	532.509
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	41.050	40.910	41.050	40.910
Provisão atuarial benefício pós-emprego	36.777	49.853	36.777	49.853
Provisão para Devedores Duvidosos	155	4.229	155	4.229
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	10.647	23.281	10.647	23.281
Provisão para contingências	61.672	47.097	61.672	47.097
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	118.154	108.547	118.154	108.547
Provisão plano incentivo - PSPE	358.401	-	358.401	-
Provisão Variação Cambial Reg Caixa	-	-	-	-
Provisão para PLR dos empregados	51.149	48.134	51.149	48.134
Outras	6.153	1.901	5.447	333
	1.326.626	905.688	1.325.920	904.120
Exclusões				
Provisão atuarial - resultados abrangentes	54.174	51.776	54.174	51.776
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	3.001	-	3.001
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências/PSPE	140.556	-	140.556	-
Reversão de provisão variação cambial Reg Caixa		21.267	-	21.267
Reversão de provisão para plr	48.134	44.497	48.134	44.497
Reversão outras provisões				-
	253.611	131.288	253.611	131.288
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	94.957	111.185	94.251	109.617
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	28.487	33.356	28.275	32.885
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	66.470	77.830	65.976	76.732
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de exercícios anteriores	553	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	16.606	18.413	5.938	6.906

NOTA 31 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIPTIVO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	10.647	29.314
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(10.647)	(23.281)
Efeito na receita financeira	-	6.033
Encargos financeiros contabilizados no resultado	280.860	173.754
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(234.359)	(136.646)
Efeito na despesa financeira	46.501	37.108
Efeito líquido no resultado	(46.501)	(31.075)

NOTA 32 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL											
SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2014										31/12/2013
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Ativo											
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	454	1.672	1.468	1.520	5.114	4.450
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	(22)	(80)	(70)	(73)	(245)	-
Fundo descomissionamento	334.869	-	-	-	-	-	-	-	-	334.869	281.006
Despesa antecipada - Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.619
Outras contas a receber	10.198	26.368	123	-	-	-	-	-	-	36.689	31.446
Passivo											
Fornecedores	-	(1.351)	(124)	(152)	(123)	-	-	-	-	(1.750)	(1.388)
Fornecedores - Provisão	-	(518)	(410)	(446)	(426)	-	-	-	-	(1.800)	(1.298)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(154.091)	-	-	-	-	-	-	-	(154.091)	(137.592)
Financiamentos captados	(1.479.318)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.479.318)	(1.085.814)
Saldo Líquido	(1.134.251)	(129.592)	(411)	(598)	(549)	432	1.592	1.398	1.447	(1.260.532)	(903.571)
TRANSAÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2014										31/12/2013
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Receita											
Venda de energia	-	-	-	-	-	5.449	20.066	17.615	18.242	61.372	53.392
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	(274)	(1.010)	(887)	(918)	(3.089)	-
AVP - Diferencial distribuidoras RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.449
Diferencial FURNAS RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	581.431
Devolução tarifa de energia RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.012
Diferença perdas transmissão RH 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.129
Variação monet. - Perdas de transmissão RH 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.339
Remuneração do fundo financeiro	40.897	-	-	-	-	-	-	-	-	40.897	28.799
Despesa											
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(10.617)	-	-	-	-	-	-	-	(10.617)	(20.190)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(5.882)	-	-	-	-	-	-	-	(5.882)	-
Encargos uso da rede elétrica	-	(5.951)	(4.463)	(5.252)	(4.215)	-	-	-	-	(19.881)	(14.701)
Encargos financeiros	(46.501)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.501)	(37.108)
Diferencial distribuidoras RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.603)
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.445)
Cessão de funcionários	(31)	(204)	-	-	(359)	-	-	-	-	(594)	(203)
Auditoria externa	(959)	-	-	-	-	-	-	-	-	(959)	(815)
Saldo Líquido	(6.594)	(22.654)	(4.463)	(5.252)	(4.574)	5.175	19.056	16.728	17.324	14.746	661.486

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 33 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	60.694	49.523
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	196	81
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	1.229	587
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	7.839	8.736
TOTAL	69.958	58.927

NOTA 34– SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$16.199.111e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	31/05/2014	3.417.733	9.282
- Danos materiais		2.656.200	6.822
- Responsabilidade civil		761.533	2.460
Riscos de Engenharia	01/12/2015	12.419.075	171.046
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	362.303	513
TOTAL		16.199.111	180.841

* Informação não auditada por auditoria independente

NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014, foram de R\$ 41.341,24 e R\$ 2.632,08 (R\$ 43.765,81 e R\$ 2.387,24 em dezembro de 2013), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014, corresponde a R\$36.861,19 (R\$ 34.883,31 em dezembro de 2013).

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	3.275	3.086
Encargos Sociais	913	860
Benefícios	182	224
Participação nos Lucros e Resultados (*)	-	292
TOTAL	4.370	4.462

* Informação não auditada por auditoria independente

** Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

NOTA 36 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2014. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.672, de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.164.001 para o ano de 2014, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2. Nessa receita, está incluído o valor de R\$ 61.393 relativo à revisão da receita do ano de 2013, solicitada pela ELETRONUCLEAR.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.663, de 3 de dezembro de 2013, estabeleceu as cotas-partes para os anos de 2014 e 2019 e a Resolução Homologatória ANEEL nº 1830, de 25 de novembro de 2014, estabeleceu as cotas-partes para os anos de 2015 e 2020 que serão utilizadas para ratear a receita garantida a cada distribuidora juntamente com o montante estabelecido previamente pela ANEEL. Desta forma a ELETRONUCLEAR tem garantida a parte da receita, permitida a cada distribuidora, na geração das usinas Angra 1 e 2 para os anos 2015 a 2020.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da Eletronuclear ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	2015	2016 / 2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	59.168	118.337	118.337	54.878
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	40.046
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	65.302	130.604	130.604	65.986
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	68.052	136.103	136.103	63.571
BOA VISTA - Boa Vista Energia S.A.				5.625
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	7.558	15.116	15.116	7.336
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	-	0	0	6.660
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	20.828	41.657	41.657	21.811
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	40.504	81.008	81.008	40.338
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elé	56.836	113.672	113.672	51.965
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	117.260	234.521	234.521	114.261
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	74.313	148.625	148.625	76.458
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	46.666	93.331	93.331	49.759
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	73.635	147.270	147.270	71.123
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	11.267	22.534	22.534	12.280
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	33.957	67.914	67.914	36.082
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	39.901	79.803	79.803	42.582
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	179.063	358.126	358.126	176.886
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	18.284	36.567	36.567	19.410
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	18.936	37.873	37.873	19.612
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.839	7.678	7.678	3.837
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	108.924	217.848	217.848	104.134
COELCE - Companhia Energética do Ceará	62.512	125.024	125.024	64.414
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	170.295	340.591	340.591	161.385
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	30.080	60.160	60.160	30.084
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguari de Energia	3.168	6.337	6.337	3.277
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	1.947	3.895	3.895	1.916
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	1.500	3.000	3.000	1.375
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	66.137	132.273	132.273	62.426
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	6.398	12.797	12.797	6.954
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	2.645	5.291	5.291	2.482
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	150.869	301.738	301.738	148.860
CERR - Companhia Energética de Roraima				609
DMED - DME Distribuição S.A.	2.866	5.732	5.732	2.790
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	4.605	9.211	9.211	4.522
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranaíba	5.894	11.788	11.788	5.631
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.894	9.788	9.788	4.627
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	87.794	175.588	175.588	85.857
ELETOACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	5.657	11.313	11.313	5.555
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	271.478	542.957	542.957	251.777
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	7.942	15.883	15.883	7.866
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	27.393	54.786	54.786	28.289
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	24.649	49.299	49.299	24.385
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	44.410	88.820	88.820	44.680
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	18.314	36.629	36.629	17.058
IENERGIA - Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	1.578	3.156	3.156	1.332
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	144.399	288.798	288.798	140.041
RGE - Rio Grande Energia S.A.	54.540	109.079	109.079	53.425
TOTAL	2.246.260	4.492.520	4.492.520	2.246.260

* Compromisso de venda de energia para os próximos 3 meses de 2014.

36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	250.650
2016	233.203
2017	110.751
Após 2017	6.232.631
TOTAL	6.827.235

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	70.000
2016	74.025
2017	50.665
Após 2017	41.532
TOTAL	236.222

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	1.871.218
2016	1.751.124
2017	1.511.009
APÓS 2017	516.290
TOTAL	5.649.641